

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR CENTRO  
UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA (ASCES-UNITA) CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Rafael Pereira Magalhães**

**Vinicius Almeida da Silva**

**BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL**

**CARUARU, 2019**

**Rafael Pereira Magalhães**

**Vinicius Almeida da Silva**

## **BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL**

O presente trabalho foi desenvolvido e apresentado pelos alunos de Relações Internacionais Rafael Pereira Magalhães e Vinicius Almeida da Silva ao núcleo de TCC da instituição ASCES – UNITA, Com finalidade de aprovação plena no curso citado.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Santos de Souza.

**CARUARU, 2019**

**RESUMO:** No contexto brasileiro, teve início, a partir dos anos 1980, um trabalho de estruturação da cooperação técnica prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento. Este artigo descreve as principais diretrizes da cooperação brasileira, conceitua e caracteriza a Cooperação Sul-Sul, ilustrada mediante análise de dados iniciativas de cooperação técnica feita pelo Brasil. O estudo conclui que pode ser observado ao longo do presente trabalho, a área de atuação brasileira aumentou gradualmente graças a suas novas perspectivas de promover acordos, elevando o status brasileiro como um importante ator global.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperação Sul-Sul; Cooperação Técnica; Brasil

**ABSTRACT:** In the Brazilian context, work began in the 1980s on structuring the technical cooperation provided by Brazil to other developing countries. This article describes the main guidelines for Brazilian cooperation, conceptualizes and characterizes South-South Cooperation, illustrated by data analysis technical cooperation initiatives made by Brazil. The study concludes that it can be observed throughout the present work that the Brazilian area of activity has gradually increased thanks to its new perspectives of promoting agreements, raising the Brazilian status as an important global actor.

**KEYWORDS:** South-South Cooperation; Technical Cooperation; Brazil

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>2. Histórico de Cooperação.....</b>	<b>5</b>
<b>2.1. Diretrizes da Cooperação.....</b>	<b>6</b>
<b>3. Sul Global.....</b>	<b>8</b>
<b>4. Considerações Finais.....</b>	<b>14</b>
<b>REFERÊNCIAS:.....</b>	<b>15</b>

## 1. Introdução

A cooperação constitui importante instrumento de desenvolvimento para o Brasil, auxiliando o país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, com capacitação de instituições nacionais dos três níveis da federação, via transferência de tecnologia e conhecimento.

Instituições brasileiras são beneficiárias de cooperação técnica internacional multilateral e bilateral. A primeira tendência é estabelecida pela cooperação com uma organização internacional; a segunda, com um país desenvolvido. Na maior parte dos casos, a cooperação técnica aceita do exterior tem como finalidade a aceleração do processo de evolução social e econômico nacional, a partir da capacitação de instituições nacionais nos três níveis da federação, via transferência de tecnologia e de conhecimento. Favorece, assim, o acesso a conhecimentos e práticas ainda não dominadas pelo país.

No âmbito das relações internacionais, a cooperação entre países em desenvolvimento (CTPD), chamada Cooperação Sul-Sul, consolidou-se como eficiente ferramenta de aproveitamento de conhecimentos específicos de alguns países para cobrir lacunas em outros. Os programas de cooperação do Brasil para o exterior permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas-práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, com vistas a que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro.

O objetivo deste estudo consiste em apreciar o impacto da experiência brasileira de cooperação Sul-Sul. Observando as dimensões, as características e os resultados da experiência brasileira. O estudo foi feito através de pesquisas qualitativas e quantitativas, estudo exploratório e revisões bibliográficas.

## **2. Histórico de Cooperação**

No momento da criação da Liga das Nações, em 1919, pensou-se a execução da cooperação entre países como instrumento de manutenção da paz e da segurança, contudo, somente após a II Guerra Mundial, esta ideia viria a extrapolar o discurso e levaria a ações para a prática. Por um lado, havia a necessidade de reerguer os países afetados pelo conflito, de outro as maiores economias da época perceberam que a promoção do progresso social e econômico dos países não muito desenvolvidos - vários, inclusive, em fase de independência - era fator fundamental para se alcançar a estabilidade do sistema internacional (de Abreu, 2013).

O Brasil não se manteve isento nesse cenário, logo adotou a prática, a princípio como receptor de cooperação de países desenvolvidos e de organismos internacionais. Registra-se no país a primeira ação de sistematizar a recepção de assistência técnica internacional ocorrida em 1950, com a formação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), constituída por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e de ministérios setoriais. Procurava-se, dessa maneira, escolher a prioridade e a relevância das solicitações de instituições brasileiras de auxílio técnica estrangeira (de Abreu, 2013).

Durante as primeiras décadas de intercâmbio, o ponto da cooperação concentrou-se no apoio à elaboração de instituições públicas federais e entidades nacionais especializadas em áreas então conhecidas como estratégicas para a economia nacional. São exemplos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o Departamento de Aviação Civil (DAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que tiveram com o apoio de conselheiros internacionais e com a contribuição de equipamentos para capacitação de recursos humanos (gerando, assim, massa crítica de especialistas) e ampliação de suas infraestruturas técnicas. Nessa época, os programas de cooperação técnica eram principalmente financiados por recursos externos. A cooperação prestada pelo Brasil ao exterior, por sua vez, era muito reduzida (de Abreu, 2013).

No contexto brasileiro, teve início, a partir dos anos 1980, um trabalho de estruturação da cooperação técnica prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento. Para isso, o Governo

brasileiro decidiu por extinguir tanto a Subin<sup>1</sup> quanto a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty para criar, em 1987, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), subordinada ao Ministério das Relações Exteriores. De 1987 até hoje, a disposição organizacional da ABC continua a mesma: uma diretoria, três áreas finalísticas (cooperação Sul-Sul; cooperação recebida multilateral e cooperação recebida bilateral) e uma unidade responsável pela administração e orçamento (de Abreu, 2013).

## 2.1 Diretrizes da Cooperação

O propósito do Brasil é o desenvolvimento integral dos parceiros, apto por impulsionar mudanças estruturais em suas economias, levando a um avanço sustentável que garanta, igualmente, maior inclusão social e respeito ao meio ambiente. Os instrumentos de cooperação, em função de sua neutralidade e da neutralidade dos profissionais que deles participam, demonstram que é sempre possível realizar atividades de grande conteúdo socioeconômico mesmo em situações desafiadoras em termos políticos, econômicos ou sociais, desde que haja disposição e vontade política (de Abreu, 2013).

Os esforços para cumprir as obrigações impostas pelo Governo brasileiro junto a países em desenvolvimento e a sua efetiva implementação possibilitaram aumentar em 10 vezes o volume anual de desembolsos dos recursos orçamentários da Agência, como explica de Abreu (2013).

Logrou-se saltar de uma média de US\$ 3 milhões no triênio anterior a 2009 para uma média de US\$ 28 milhões no triênio 2009-2011, em 2012 para US\$ 16,5 milhões e alcançando em setembro de 2013 uma carteira total de aproximadamente US\$ 122 milhões em projetos em execução e negociação (Figura 1 e 2). Ademais, ampliou-se em mais de 4 vezes o número de países em desenvolvimento beneficiários da cooperação brasileira (Figura 3), que correspondiam a cerca de 21 países há onze anos atrás para abranger 98 países no momento presente, dos quais 43% na África, 31,5% na América Latina e Caribe e 25,5% nas demais regiões geográficas

---

<sup>1</sup> Sub-Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN)

**Figura 1: Execução Financeira da Cooperação Técnica Sul-Sul**

<b>Execução financeira da cooperação técnica Sul-Sul:</b>	
<b>EXERCÍCIO</b>	<i>Execução em US\$</i>
<b>2006</b>	<b>5.270.000</b>
<b>2007</b>	<b>3.580.000</b>
<b>2008</b>	<b>6.320.000</b>
<b>2009</b>	<b>19.000.000</b>
<b>2010</b>	<b>36.210.000</b>
<b>2011</b>	<b>26.000.000</b>
<b>2012</b>	<b>16.458.000</b>
<b>2013 (até setembro)</b>	<b>8.355.000</b>
<b>Obs: Execução entre 2008 e 2013:</b>	<b>112.343.000</b>

Fonte: de Abreu, 2013.

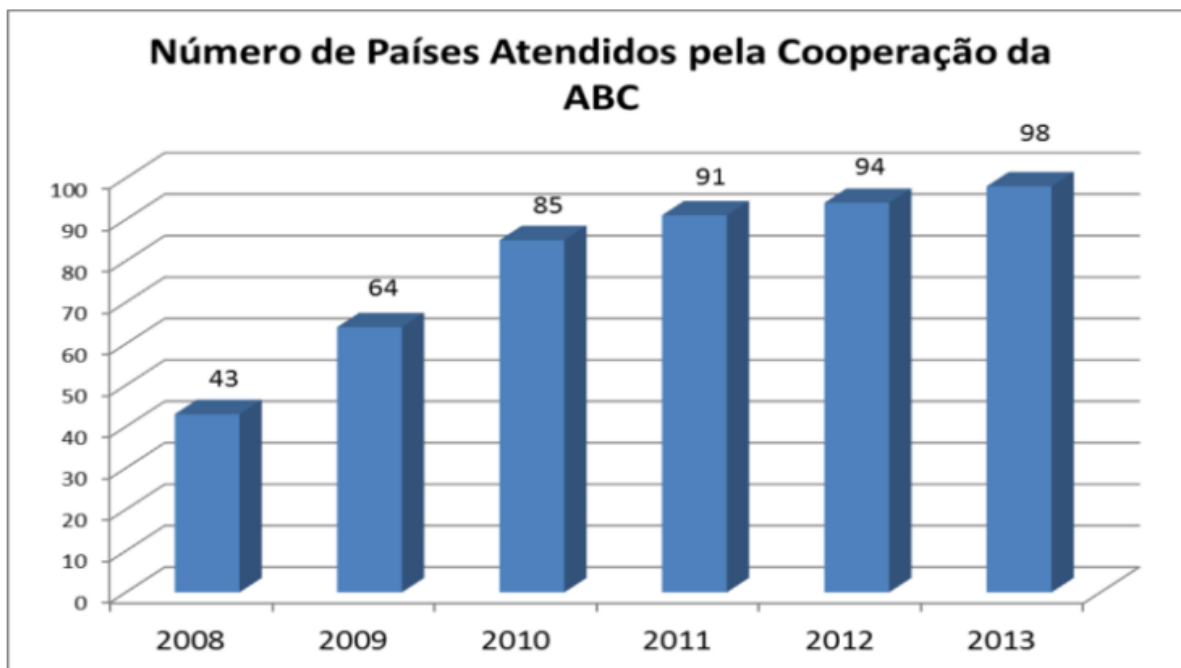
**Figura 2: Iniciativas do Brasil de Cooperação Técnica Sul-Sul**

<b>INICIATIVAS DO BRASIL DE COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL</b>						
<b>EXERCÍCIOS</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Atividades Isoladas executadas</b>	164	323	354	345	203	61
<b>Projetos iniciados</b>	91	94	153	102	70	28
<b>TOTAL</b>	<b>255</b>	<b>417</b>	<b>507</b>	<b>447</b>	<b>273</b>	<b>89</b>

Fonte: de Abreu, 2013.



**Figura 3: Número de Países Atendidos pela Cooperação da ABC**



Fonte: de Abreu, 2013.

Na atualidade, o principal desafio enfrentado pela ABC se deve essencialmente à insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para atender a crescente demanda de novos projetos por parte de nossos parceiros. Ainda assim, seria significativo destacar que a competência do governo brasileiro em manter o ímpeto da reconhecida agenda de cooperação Sul-Sul em benefício de países em desenvolvimento depende, diretamente, da capacidade orçamentária da ABC.

### **3. Sul Global**

Pode-se dizer que a expressão “Sul global” é herdeira direta do antigo conceito de terceiro mundo. B Visentini (2015,p.7) apresenta um conceito de terceiro mundo:

O Terceiro Mundo abarcava nações muito distintas, mas que possuíam em comum o fato de haverem constituído a periferia colonial ou semicolonial. Além de elementos objetivos como população jovem e em expansão e abundantes recursos naturais, seu limitado nível de desenvolvimento apontava para potencial expansão econômica e a articulação de organizações políticas como o Movimento dos Países Não Alinhados. Havia a busca do desenvolvimento, a ideologia anticolonialista e neutralista, além da rejeição à adesão a blocos militares e à política de grande potência.

O termo “Sul global” é referente a países que estão em via de desenvolvimento e que compartilham situações socioeconômicas e político-culturais tanto entre seus contextos locais como nos âmbitos regionais (LECHINI, 2014). O conceito de Sul global remete ao sentimento de unidade e de busca por uma equidade entre as diversas nações que se enquadram nele, mesmo que menos desenvolvidas, além disso, o termo refere-se ao Sul devido a maioria dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento se encontrem no hemisfério sul do planeta.

A cooperação Sul-Sul é a representação da oportunidade para buscar por meios alternativos de desenvolvimento, visando cooperação nas áreas econômicas, técnicas e políticas. Essa cooperação se dá por meio da troca de conhecimento entre os países em desenvolvimento, por meio de instituições governamentais e não governamentais, por conhecimento acadêmico e por consequência capital humano. O principal exemplo desse movimento é a cooperação técnica que refere-se ao “compartilhamento de conhecimento, experiências, progresso técnico, tecnologias apropriadas, contribuições financeiras entre países em desenvolvimento” (PISETA, 2019). Em vista do contexto vivenciado pelos países do Sul global, a cooperação técnica é uma oportunidade extremamente vantajosa, considerando o fato de que a ajuda por meio de capital não é o ponto de partida principal, possibilitando um ganho mútuo por parte dos países, independente do tamanho de sua economia.

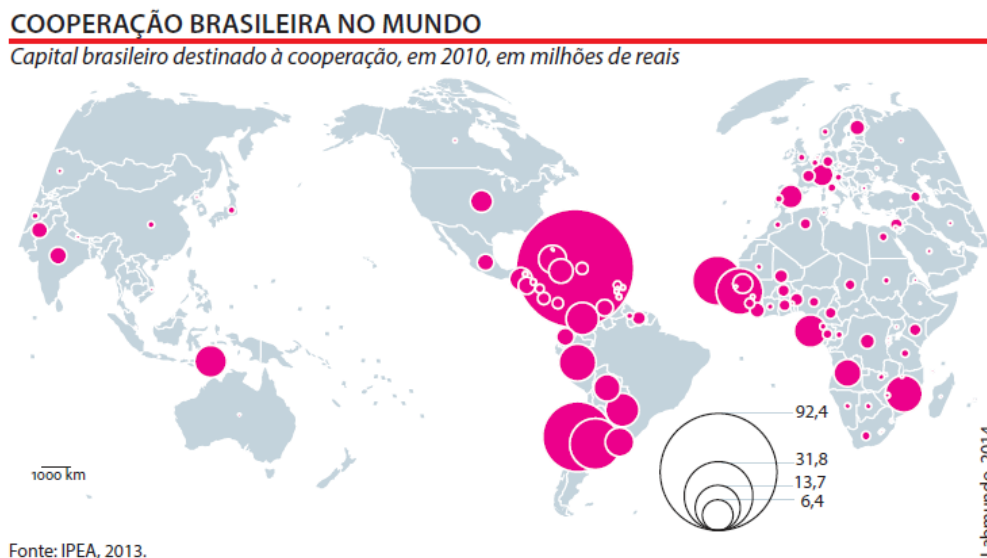
O Brasil é um dos grandes atores dentro da cooperação Sul-Sul e especificamente na cooperação técnica, a Agência Brasileira de Cooperação ligada ao MRE<sup>2</sup> é responsável pela elaboração, implementação e acompanhamento dos projetos. Como é informado no portal do Itamaraty sobre cooperação técnica, o Brasil já concretizou cerca de 7000 projetos que atenderam a uma demanda de mais de 100 países em desenvolvimento, além disso pode-se observar a informação de que África e à América Latina e Caribe têm sido a prioridade dos projetos de cooperação brasileiros.

---

<sup>2</sup> Ministério das relações exteriores

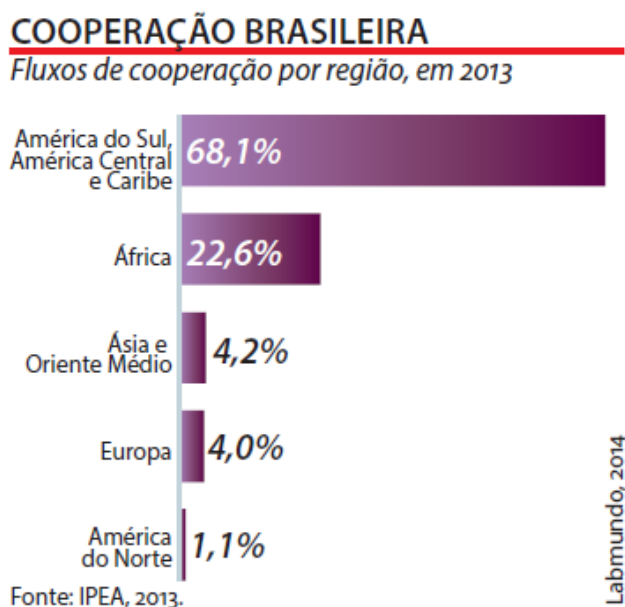
Nas imagens a seguir é possível observar alguns recortes sobre os principais destinos de capital brasileiro voltado para a cooperação (figura 2) e o fluxo de cooperação brasileira por região (figura 3);

**Figura 3: principais destinos de capital brasileiro voltado para a cooperação no ano 2010**



Fonte: Atlas da política externa brasileira, (2014, p.111)

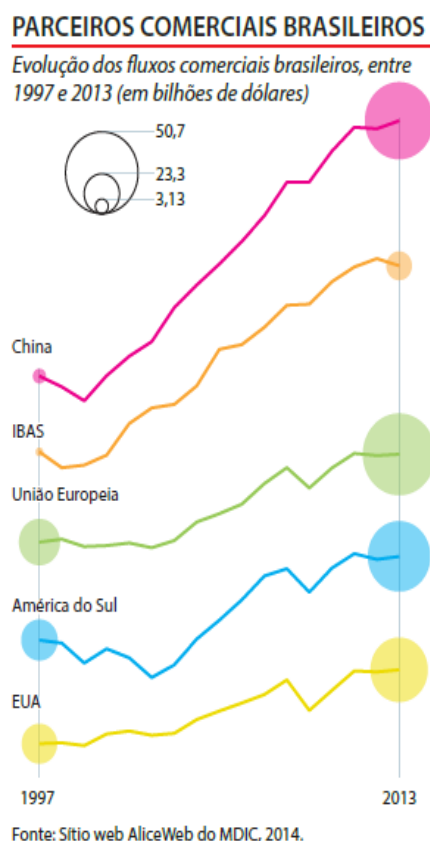
**Figura 4: fluxo de cooperação brasileira por região do mundo no ano de 2013**



Fonte: Atlas da política externa brasileira, (2014, p.111).

O Brasil passou por uma fase de diversificação de sua atuação, não apenas na área econômica, mas também passou a ser reconhecido como um ator global. O seu esforço pela consolidação do Mercosul<sup>3</sup>, a participação em grupos como o IBAS<sup>4</sup>, BRICS<sup>5</sup> e a extensa participação em projetos de cooperação Sul-Sul, são só alguns exemplos que tornam possível observar a oportunidade do Brasil possuir autonomia política-econômica e se tornar um player de relevância no sistema internacional. As figuras a seguir, retiradas do Atlas da política externa brasileira, (2014, p.100) retratam a evolução dos fluxos comerciais brasileiros, entre 1997 e 2013 (Figura 4) e a evolução da balança comercial brasileira entre 1997 e 2013 (Figura 5).

**Figura 5: Evolução dos fluxos comerciais brasileiros, entre 1997 e 2013 (em bilhões de dólares)**

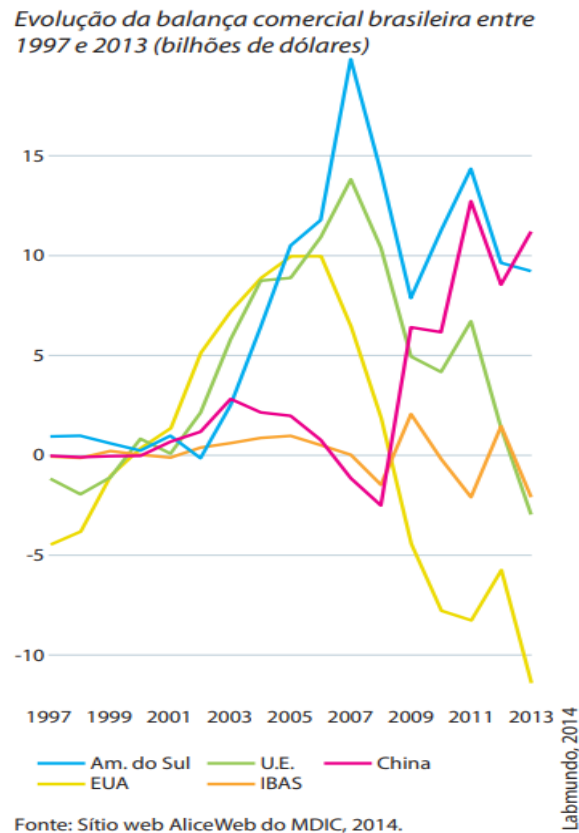


<sup>3</sup> Mercado Comum do Sul, bloco econômico fundado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, signatários do Tratado de Assunção de 1991.

<sup>4</sup> Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, fundado junho de 2003 pela Declaração de Brasília.

<sup>5</sup> Agrupamento político-econômico de países emergentes, sendo eles: Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, criado por acaso a partir de uma reunião de trabalho entre os chanceleres dos primeiros quatro países membros.

**Figura 6: Evolução da balança comercial brasileira entre 1997 e 2013 (bilhões de dólares).**



Com o extrato econômico aqui apresentado, percebe-se que novos atores e organizações mudaram a perspectiva econômica brasileira. A abertura brasileira a novos parceiros e seu reconhecimento como pertencente ao sul global, nos apresenta uma dinâmica que não cancela a dependência brasileira em economias estrangeiras, porém é apresentando que ela pode ser diversificada e por consequência diluída. Portanto, quando menos dependente de poucas economias, os poderes de fala e de barganha crescem.

A cooperação Sul-Sul é uma oportunidade de projeção brasileira, visto que o mesmo, por ser mais desenvolvido que boa parte dos países integrantes do Sul, possui capacitação suficiente para agir nesses mercados sem a concorrência esmagadora dos países de primeiro mundo. Durante muito tempo a China apostou em tal estratégia e, garantindo superávit em sua balança comercial e posteriormente levando a uma transição na qualidade de seus produtos, acabou se tornando extremamente competitiva globalmente. Pode-se observar, então, uma grande oportunidade para o

Brasil realizar o mesmo feitos, explorando mercados que até então eram deixados de lado, pois o foco das grandes economias está entre elas mesmas.

#### **4. Considerações finais**

Desde seu descobrimento, o Brasil sempre esteve sob a asa de uma grande potência, seja esta sua metrópole (Portugal), ou seja, a hegemonia economia da época (Grã Bretanha, Estados Unidos e China). Com a da Guerra Fria e, por consequência, o surgimento do movimento do Terceiro mundo, surge também uma valiosa oportunidade de o Brasil deixar seu papel de coadjuvante de lado e apostar em um novo método de desenvolvimento.

O movimento dos não alinhados, que posteriormente se tornam o Sul Global, representa a insatisfação das nações menos desenvolvidas com os sistemas impostos pelas grandes potências. O Brasil, como um líder regional e um reconhecido ator internacional, deve aproveitar-se das oportunidades que a cooperação Sul-Sul vem trazendo, por não ser focada unicamente no capital e possibilitar um melhor resultado para todos os envolvidos.

Originalmente beneficiário, o Brasil utilizou-se da cooperação com Estados mais ricos para estabelecer e consolidar suas instituições as quais posteriormente seriam determinantes para o desenvolvimento brasileiro e fariam parte da promoção de acordos de cooperação, elevando-se como um importante ator global e líder regional. Como pode ser observado ao longo do presente trabalho, a área de atuação brasileira aumentou gradualmente graças a suas novas perspectivas de promover acordos. Levando em consideração que ainda há um enorme caminho para prosseguir até que a cooperação Sul-Sul possa de fato ser um caminho totalmente efetivo para os países do Sul Global e/ou para os que buscam um meio alternativo de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

Barbosa, Rubens. **A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul.** Revista Interesse Nacional 01 (2008).

Becker, Bertha K., and Claudio AG Egler. **Brazil: a new regional power in the world economy.** CUP Archive, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Mercosul e os interesses do Brasil.** Estud. av., São Paulo , v. 8, n. 21, p. 79-95, Aug. 1994 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000200006>.

BETHELL, Leslie. **O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai.** Estud. av., São Paulo , v. 9, n. 24, p. 269-285, Aug. 1995 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200014&lng=en&nrm=iso)>. access on 18 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200014>.

Cardoso, Fernando Henrique. **A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República.** Revista Brasileira de Política Internacional 44.1 (2001): 5-12.

de Abreu, Fernando José. **A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil / The evolution of international technical cooperation in Brazil.** Mural Internacional [Online], 4.2 (2013): 3-16. Web. 21 Nov. 2019

da Silva, Marcelo Carreiro. **A Indústria de Defesa na Economia e Política Externa do Brasil Contemporâneo.** Cadernos do Tempo Presente 21 (2015).

de Almeida, Paulo Roberto. **As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80**. Revista Brasileira de Política Internacional 50.2 (2007): 60-79.

Ellis, Howard Sylvester. **The economy of Brazil**. Univ of California Press, 1969.

Filgueiras, Luiz Antonio Mattos, and Reinaldo Gonçalves. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil** : edição comemorativa : 50 anos / Celso Furtado ; organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. — São Paulo : Companhia das Letras.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, M. A. S. D; JÚNIOR, Rudinei Toneto; **ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂEA**: subtítulo do livro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. XX-YY.

HIRST, Mônica. Brasil-Estados Unidos: desencontro e afinidades. **FGV de Bolso**: Série entenda o Mundo, Rio de Janeiro, Volume, Número, p. 244, dez./2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=34lIDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Brasil+e+estados+unidos+&ots=TY3kXC RBj3&sig=zcEvTtIMLm7rNP7mMw-DwPXX4ok#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 25 out. 2019.

Iunes, Roberto F. **III-Impacto econômico das causas externas no Brasil: um esforço de mensuração**. Revista de Saúde Pública 31 (1997): 38-46.

IHUONLINE. **O “Sul” para além da geografia, a acepção política e econômica do termo**.

Disponível em:

[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5781&secao=459](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5781&secao=459). Acesso em: 19 nov. 2019.

Lafer, Celso. **Brasil: dilemas e desafios da política externa**. Estudos avançados 14.38 (2000): 260-267.



Lampreia, Luiz Felipe. **A política externa do governo FHC: continuidade e renovação.**

Revista Brasileira de Política Internacional 41.2 (1998): 5-17.

LYNCH, Cyril; EDWARD, Christian. O CAMINHO PARA WASHINGTON PASSA POR BUENOS AIRES: A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: subtítulo da

revista, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 78, p. 149-169, dez./2005. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/107/10722283010.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2019.

Medeiros, Carlos A., and Franklin Serrano. **Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil.** Polarização mundial e crescimento. Rio de Janeiro: Vozes (2001): 39-75.

MDIC. **Comex Vis: Visualizações de Comércio Exterior.** Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/comercio-externor/estatisticas-de-comercio-externor/comex-vis>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Mills, Greg, Alan Begg, and Anthoni Van Nieuwkerk. **South Africa in the global economy.** (1995).

Mekitarian, Eduardo, and Fernanda Magnotta. **Vulnerabilidade externa do Brasil: uma análise do setor externo da economia brasileira.** volume 9/número 18/janeiro 2011 ISSN 1677-4973 (2011): 84.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>. Acesso em: 22 set. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Cooperação técnica.** Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/cooperacao/3686-cooperacao-tecnica>.

Acesso em: 25 set. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>. Acesso em: 22 set. 2019.

MONTIBELLER FILHO, G.; GARGIONI, S. L. **Desenvolvimento da região Sul do Brasil**. In: MONTORO, G. C. F. et al . Um olhar territorial para o desenvolvimento : Sul. Rio de Janeiro, BNDES, 214, 512 p

Pecequillo, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional 51.2 (2008): 136-153.

Pecqueur, Bernard. **A guinada territorial da economia global**. Política & Sociedade 8.14 (2009): 79-106.

Pochmann, Marcio. **Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula**. Ser Social 13.28 (2011): 12-40.

POLITIZE!. **Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: independência ou complementariedade?**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-independencia-ou-complementariedade/>. Acesso em: 25 set. 2019.

Saraiva, Miriam Gomes, and Laura Tedesco. **Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria**. Revista brasileira de política internacional 44.2 (2001): 126-150.

Sarti, Fernando, and Mariano F. Laplane. **O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990**. Economia e Sociedade 11.1 (2002): 63-94.

(UNCTAD), U. N. C. O. T. A. D. **State of Commodity Dependence 2019: The State of Commodity Dependence**. 1. ed. [S.l.]: United Nations, 2019. p. 1-244.